

Curso de Adaptação e Actualização de Conhecimentos em Direito de Macau

Exame

(2015)

(I) – 5 valores

Comente a seguinte afirmação:

No regime de Direito Internacional privado de Macau, o princípio dos direitos adquiridos permite afastar a aplicação das regras de conflito previstos no Código Civil.

(II) – 6 valores

Tenha em conta os seguintes dados e diga se a relação paterno-filial entre Pedro e José pode ser reconhecida em Macau em 2003?

Em 2000, Pedro, 17 anos de idades, residente habitual de A, nacional de B, perfilha José, 2 anos de idade, residente habitual e nacional de C.

Direito material

Lei A - o perfilhante tem que ter 16 anos de idade à data da perfilhação.

Lei B e C - o perfilhante tem que ter 18 anos de idade à data da perfilhação.

Direito Internacional Privado

Lei A e B designam a lei de nacionalidade do perfilhado.

Lei C designa a lei da nacionalidade do perfilhante.

Reenvio:

Lei A e B seguem o regime da referência material

Lei C segue o regime da referência global.

(III) – 9 valores

Tenha em conta os seguintes dados e diga se a Associação de Caridade Felicidade pode prevalecer-se do testamento para suceder todos os bens deixada pelo Artur, se

a partilha correr em Macau?

Artur, nacional de A, casado com Ana, nacional de A, viveram sempre juntos em A.

Em 2010, o Artur foi destacado para trabalhar num projecto em B por 3 anos e a partir daí, todas as semanas, o Artur deslocava-se a A para visitar a Ana uma vez por dois dias.

Em 2011, o Artur começou a namorar com Maria, nacional de B, integrando-se totalmente na sociedade B, e passou a visitar a Ana apenas uma vez por dois dias, de dois em dois meses.

Em 2011, o Artur fez um testamento em C dispondo *mortis causae* de todos os seus bens a favor da Associação de Caridade Felicidade.

Em 2012, Artur morreu em B.

Direito material

Lei A - o 1/2 de herança constitui a legítima do cônjuge sobrevivente

Lei B e C - o inventariado tem liberdade total para dispor *mortis causae* de todos os bens.

Direito Internacional Privado

Lei A e C designam a lei do lugar de celebração do testamento.

Lei B designa a lei da nacionalidade do inventariado.

Reenvio

Lei A e C seguem o regime de referência material.

Lei B segue o regime de referência global.

~fim~